

# A IMPORTÂNCIA DO PETRÓLEO NA POLÍTICA EXTERNA DA VENEZUELA NO GOVERNO HUGO CHÁVEZ

Arthur Canival Grande<sup>1</sup>

## Resumo

Este trabalho tem como objetivo demonstrar a importância do petróleo na economia venezuelana e seus reflexos na condução da política externa do país, especificamente no governo do presidente Hugo Rafael Chávez Frias, de 1999 a 2013. Para tanto, foi feita uma análise de dados referentes à economia da Venezuela nos catorze anos de governo Chávez e no período anterior a este, assim como dados referentes às exportações venezuelanas de petróleo, os preços internacionais desta commodity e dados referentes a outros grandes exportadores de petróleo. Posteriormente, foram analisadas as diretrizes de política externa do país durante o período mencionado, buscando identificar e compreender possíveis relações entre as receitas do petróleo e a condução da política externa venezuelana. Observou-se que a diversificação comercial produzida por Chávez não resultou em diminuição da dependência venezuelana das exportações de petróleo, mas foi muito importante para vários países latino-americanos do ponto de vista econômico.

**Palavras-chave:** Política Externa. Petróleo. Venezuela. Hugo Chávez.

## 1 INTRODUÇÃO

A era do petróleo na Venezuela como conhecemos no presente teve seu início, segundo Zavala (2001), em 1927, que foi o ano em que as exportações de petróleo e derivados ultrapassaram as exportações de produtos agrícolas pela primeira vez. Segundo Cicero (2015), desde a independência do país, em 1830, até o período citado por Zavala, o sistema produtivo vigente na Venezuela era majoritariamente agrícola, com ênfase no comércio internacional de café, cacau e gado, que combinados correspondiam por quase 80% do total das exportações do país. A partir desta nova etapa, teve início uma política

---

<sup>1</sup> Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia, sob orientação do Prof. Pedro Henrique de Moraes Cicero, Professor do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia.

externa mais ativa, que buscava maior inserção internacional, porém que se via “amarrada” à sua dependência dessas exportações. Esta, segundo Cicero, define-se da seguinte forma:

Tem-se, pois, aqui, a origem de uma das mais relevantes, longevas e peculiares características assumidas pela diplomacia venezuelana ao longo de sua história: uma prática discursiva ativa, que postula uma atuação internacional autônoma e protagônica, a qual, porém, está limitada pela ‘realidade petroleira’ e sua consequente subordinação aos interesses políticos e comerciais envolvidos no processo de negociação do combustível no mercado internacional. (CICERO, 2015, p. 29)

Não apenas na política externa, o petróleo se faz notar em todos os aspectos da sociedade venezuelana desde o início da sua exploração na década de 1920, caracterizando a economia do país como uma economia rentista, ou seja, cuja maioria dos rendimentos provêm do comércio internacional do petróleo, na forma de cobrança de impostos e demais encargos. Segundo Cicero (2015), trata-se de uma atividade econômica onde não se produz, mas se capta, pois não existe um setor produtivo na economia do país, mas sim um grande aparato voltado para a extração de um produto natural não renovável.

Baptista (2006) aponta que o rentismo venezuelano estruturou-se a partir de três características principais: gastos públicos elevados, o superdimensionamento do Estado e o baixo crescimento do capital privado. Em decorrência disso, Lander (2005) destaca que a modernização venezuelana financiada com petrodólares<sup>2</sup> sempre teve “pés de barro”, ou seja, que a riqueza petrolífera não dispunha de sólidas bases que pudessem amparar a economia do país nos tempos de baixa dos preços do petróleo. Segundo Lander:

El carácter ‘rentista’ de la economía moldearía un aparato de Estado y una sociedad acostumbrados a la riqueza fácil y dependientes en extremo de los vaivenes del mercado petrolero internacional. A pesar de los esfuerzos realizados a lo largo del siglo por construir una economía más diversificada, aún hoy [2005] la participación del petróleo en el PIB es de más de un cuarto, en el ingreso fiscal de más de 50% y las exportaciones petroleras superan el 80% del total de las exportaciones venezolanas. (LANDER, 2005, p. 3)

Jeannot (2010) argumenta que a renda proveniente do petróleo é uma cortina de fumaça que esconde o atraso na industrialização, na competitividade e até mesmo na produção de bens salariais do país. Isto se deve, como apontado por Baptista (2006), à baixa participação do capital privado na economia do país em consequência do superdimensionamento do Estado, que tomou para si o controle sobre o desenvolvimento do país por ser o proprietário das reservas de petróleo e principal administrador da atividade exploradora. Desta forma, a economia venezuelana esteve historicamente vulnerável às

---

<sup>2</sup> Nome que se dá aos recursos provindos do comércio internacional de petróleo.

altas e baixas do preço da commodity no mercado internacional, alternando períodos de estabilidade e bonança com outros de graves crises. (CICERO, 2010)

Em 1958 estabeleceu-se o Pacto de Punto Fijo<sup>3</sup>, acordo entre os dois principais partidos políticos de então, Acción Democrática (AD) e Partido Socialcristiano (COPEI), que duraria até 1998, cujo objetivo era garantir a estabilidade política do país através da elaboração de um plano de governo consensual capaz de satisfazer as diferentes necessidades de cada grupo político, incluindo setores importantes da sociedade civil como as forças armadas, sindicatos e igreja. A partir do estabelecimento do pacto, com eleições regulares e alternância de poder, o país gozou de considerável estabilidade política e econômica. (CICERO, 2010)

Cardozo (1998) aponta quatro principais características do puntofijismo: alta capacidade de negociação e ambiente político conciliatório; moderação e parcimônia na resolução de conflitos; ambiente de confiança e otimismo resultante da bonança petroleira da década de 1960; e a abundância de petrodólares, que permitiu eficientes programas de distribuição de renda.

Devido à grande arrecadação, principalmente durante os choques do petróleo na década de 1970<sup>4</sup>, a crise que assolou os países latinoamericanos à época demorou a chegar na Venezuela. Com o início da crise econômica, a estabilidade social trazida pelo Pacto de Punto Fijo começava a dar sinais de fragilidade. Segundo Cicero (2010), a ascensão de Hugo Chávez e seu projeto político para a Venezuela em 1998 obteve grande contribuição por parte dos governos anteriores que tentaram, cada um a sua maneira, implementar as soluções propostas pelo Consenso de Washington<sup>5</sup> através do neoliberalismo, e falharam miseravelmente no que diz respeito a recuperar a economia do país.

A crise econômica começou a ser sentida no país em 1983, último ano de governo do presidente Luís Herrera Campins, em que o colapso econômico começava a abalar a ordem social mantida pelo Pacto de Punto Fijo. A administração seguinte, de Jaime Lusinchi (1984-1989), foi a primeira a colocar em prática medidas que iam ao encontro com as recomendações do Fundo Monetário Internacional (FMI), que embarcavam uma série de

---

<sup>3</sup> Segundo Levine (2001), o puntofijismo se caracterizou: “en el campo económico , por un Estado distribuidor del ingreso petrolero, con inflación baja , moneda fuerte y crecimiento sostenido; en el plano político, por un Estado centralizado , con partidos políticos que controlan la vida social ; en el terreno social , una mejora de los indicadores básicos de bienestar social , posibilidad de movilidad social ascendente , educación masificada , mejoras sanitarias y reducción de la pobreza y la desnutrición. Venezuela había hecho avances en la institucionalización política , lo que significaba que las clases dominantes habían impuesto con éxito su proyecto sociopolítico, de tal forma que los proyectos alternativos, especialmente de las fuerzas y los movimientos antisistémicos habían sido seriamente debilitados”.

<sup>4</sup> Foram dois os choques do petróleo: um em 1973 e outro em 1979. O preço do barril de petróleo no mercado internacional chegou a subir mais de 400%, desestabilizando a economia mundial.

<sup>5</sup> O Consenso de Washington foi um conjunto de ajustes macroeconômicos formalmente propostos em 1989 pelo Banco Mundial, pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Departamento do Tesouro dos Estados Unidos aos países em desenvolvimento que enfrentavam graves crises financeiras à época.

ajustes que buscavam reduzir o custo operacional do Estado venezuelano<sup>6</sup>, tendo em vista o renegociamento da dívida externa para retomar o crescimento econômico. (CICERO, 2010)

Na prática, porém, Lusinchi acabou por adotar medidas que não iam de encontro ao receituário neoliberal, como medidas compensatórias para diminuir o impacto dos ajustes na remuneração dos trabalhadores e o pagamento de dívidas internas da administração pública. Por fim, Lusinchi ainda desvalorizou a moeda a fim de expandir os gastos fiscais do governo em políticas fiscais, como forma de manter a sua popularidade em alta, o que acabou por diminuir severamente as reservas internacionais do país. (CICERO, 2010)

O mandatário seguinte, Carlos Andrés Pérez (1989-1993), mergulhou a Venezuela profundamente nas águas do Consenso de Washington através de seu programa de ajuste econômico, chamado de Grande Virada, indo contra as medidas adotadas por Lusinchi. Pérez já havia sido presidente do país entre 1974 e 1979, e era visto como o melhor candidato para o cargo à época. O contraditório é que Pérez foi responsável pela nacionalização dos poços de petróleo no país em seu primeiro mandato, indo na contramão de suas ações no segundo mandato. (CICERO, 2010)

A Grande Virada foi um pacote de medidas proposto por Pérez pouco após a sua posse, diante do quadro de esgotamento das reservas monetárias do país, que não dispunha de recursos sequer para pagar os juros da dívida externa. A intenção do mandatário era, no primeiro momento, estabilizar as finanças para, em seguida, deslocar o controle da economia para a iniciativa privada. Desta forma, a Grande Virada de Pérez gerou aumento tributário, corte em gastos sociais, flexibilização do câmbio e incentivo às privatizações. Todas essas medidas foram condição para o empréstimo de US\$ 4,5 bilhões junto ao FMI. (CICERO, 2015)

As consequências das medidas tomadas por Pérez não demoraram a ser sentidas: no ano de 1989, o ano em que foi lançada a Grande Virada, houve queda no Produto Interno Bruto (PIB) de 8,7%, alta de mais de 50% nos níveis inflacionários e alta no desemprego de quase 3%. Por outro lado, parte das reservas internacionais do país foram recuperadas devido à forte recessão econômica. (CICERO, 2010)

Importante destacar que, a cada tentativa malsucedida de recolocar a economia nos trilhos, a sociedade tornava-se mais impaciente. Foi durante este período que aconteceu a revolta popular mais violenta da história do país, em 1989, no evento conhecido como Caracazo. Tudo teve início na periferia de Caracas, onde a população tomou um terminal rodoviário como forma de protesto ao súbito aumento de preços dos combustíveis, e decorrente aumento do preço do transporte público. Em questão de horas, o protesto

---

<sup>6</sup> O paradoxo presente na tentativa de adoção do chamado "Estado mínimo" em um país cujas estruturas estatais são tão expressivas rendeu o trocadilho "transformando o gigante em pigmeu", título do artigo do prof. Pedro H. M. Cicero de 2010.

havia se espalhado por toda a capital e começava a se espalhar para outras cidades. O presidente Carlos Andrés Pérez, decretou estado de sítio. Estima-se que quase quatrocentas pessoas foram mortas neste episódio. (CICERO, 2010)

O último presidente antes de Hugo Chávez, Rafael Caldera (1993-1998), procurou ao máximo evitar toda e qualquer medida que relembresse o povo venezuelano do retumbante fracasso que foi o mandato de seu predecessor. No primeiro momento, levando a cabo o “Programa de Estabilización e Recuperación Económica”, Caldera conseguiu romper com as medidas neoliberais, prometendo empenho na renegociação da dívida externa e evitar novas privatizações, mas acabou taxado como populista pela elite empresarial local devido a adoção de medidas como o controle estatal do câmbio, dos preços e da taxa de juros e a postergação no aumento dos preços dos combustíveis. (CICERO, 2010)

Os efeitos da crise no mexicana de 1994<sup>7</sup> fizeram com que o presidente recorresse aos polêmicos meios – os quais havia prometido evitar, como privatizações, empréstimos estrangeiros e fundos de crédito nacionais – para evitar a falência dos bancos locais. O resultado foi novamente catastrófico, com alta na inflação, que passou dos 100% em 1996, e desaceleração da atividade econômica que, novamente, tentaram ser combatidas com medidas neoliberais sem sucesso, e fizeram com que a Venezuela recorresse ao FMI novamente em menos de sete anos. (CICERO, 2010)

Em total desacordo com o “Programa de Estabilización e Recuperación Económica” apresentado inicialmente, Caldera apresentou em 1996 seu novo programa de ajuste econômico, chamado Agenda Venezuela, que seguia à risca as recomendações do FMI: cortes nos investimentos e nos gastos públicos, baixa da taxa de juros e facilitamento da especulação financeira, flexibilização de leis trabalhistas e aumento tributário. (CICERO, 2010)

Para além, Caldera também instituiu a chamada Apertura Petrolera, vinculada à Agenda Venezuela, que transferiu a responsabilidade de determinadas atividades do ramo petroleiro do Estado para a iniciativa privada, diminuindo os ingressos fiscais ainda que o quadro social fosse alarmante. A Apertura aumentou significativamente a produção e a exportação de petróleo venezuelano, o que causou queda vertiginosa dos preços no mercado internacional, contribuindo mais ainda para a baixa arrecadação e consequente

---

<sup>7</sup> Conhecida como Efeito Tequila, a crise mexicana de 1994 foi desencadeada pela súbita desvalorização do peso mexicano perante o dólar estadunidense, que se tornou uma das primeiras crises financeiras internacionais provocadas pela fuga de capital. A economia mexicana experimentou uma recessão severa, com aumento da pobreza e do desemprego. Os efeitos da crise mexicana despertaram uma forte desconfiança no mercado internacional de capitais, gerando impactos profundos nos mercados emergentes.

piora no quadro social, registrando quase 50% da população abaixo da linha de pobreza e quase 30% em situação de pobreza extrema. (CICERO, 2010)

Este cenário de caos socioeconômico permitiu a ascensão do Movimento Bolivariano Revolucionário-200 (MBR-200), grupo político militar comandado por Hugo Chávez que buscava o fim do regime puntofijista. Para tanto, o movimento tentou tomar o poder em duas oportunidades, ambas durante a administração de Pérez. A primeira tentativa, em fevereiro de 1992, foi comandada pelo próprio Chávez e contou com 10% do contingente do exército, que tentou prender Pérez e fazer com que ele renunciasse. A tentativa falhou e o resultado foi a prisão de Chávez e outros 180 oficiais do exército. A segunda tentativa, em novembro do mesmo ano, também não obteve sucesso. (CICERO, 2010)

Apesar dos insucessos consecutivos, o MBR-200 chegou ao fim da década de 1990 reforçado pelo cansaço da sociedade venezuelana com modelo de governo adotado até então, que resultou num nítido descolamento entre as camadas sociais mais baixas em relação às superiores, sendo a primeira aquela mais numerosa porém menos priorizada pelas ações dos governantes, fato ilustrado por eventos como o Caracazo. Neste contexto, Hugo Chávez foi eleito presidente da Venezuela em 1998, como símbolo da esperança popular de ruptura com o neoliberalismo e consequente desenvolvimento socioeconômico a partir da herança rentista e puntofijista. (CICERO, 2010)

## **2 A VENEZUELA DE CHÁVEZ E O COMÉRCIO INTERNACIONAL DE PETRÓLEO**

Esta seção buscará situar a Venezuela no contexto internacional da produção e do comércio internacional de petróleo, as características deste mercado, bem como as características internas do país, abordando dados empíricos concretos e potenciais que auxiliam na compreensão do papel e da relevância da Venezuela neste âmbito, com foco no período do governo de Chávez.

Segundo dados de 2016 da US Energy Information Administration, órgão de informação e estatística ligado ao Department of Energy dos Estados Unidos, a Venezuela é o país que possui o maior número de reservas provadas<sup>8</sup> de petróleo, estando a frente de países como Arábia Saudita, Canadá, Irã e Iraque. A tabela a seguir demonstra os dez primeiros países em reservas provadas de petróleo:

---

<sup>8</sup> Reservas provadas são reservas de petróleo e gás natural que, com base na análise de dados geológicos e de engenharia, se estima recuperar comercialmente de reservatórios descobertos e avaliados, com elevado grau de certeza, e cuja estimativa considere as condições econômicas vigentes, os métodos operacionais usualmente viáveis e os regulamentos instituídos pelas legislações petrolífera e tributária de cada país.

Tabela 1: Ranking dos países com maiores reservas provadas de petróleo<sup>9</sup>

Posição no ranking	País	Reservas de petróleo (em milhões de barris)
1	Venezuela	300.878
2	Arábia Saudita	266.455
3	Canadá	169.709
4	Irã	158.400
5	Iraque	142.503
6	Kuwait	101.500
7	Emirados Árabes Unidos	97.800
8	Rússia	80.000
9	Líbia	48.363
10	Estados Unidos	39.230

Fonte: elaboração própria a partir de informações de International Energy Statistics

Importante destacar que, entre as dez maiores reservas provadas de petróleo, sete estão em países membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP): Venezuela, Arábia Saudita, Irã, Iraque, Kuwait, Emirados Árabes Unidos e Líbia. Apenas Canadá, Rússia e Estados Unidos estão na tabela e não são membros da OPEP, o que demonstra o poder dessa organização. (EIA, 2017)

A articulação venezuelana em torno da criação da OPEP se deu durante o pontofijismo, no governo de Rómulo Betancourt (1959-1964), que percebeu a possível ameaça da produção de baixo custo do Oriente Médio ao rentismo venezuelano, buscando a articulação junto aos países árabes de maneira a maximizar os benefícios do comércio internacional do petróleo. Segundo Cicero:

Dessa maneira, apostou-se na natureza rentista do Estado venezuelano para , em conjunto com outros países de similares características e interesses , articular politicamente um coletivo de nações exportadoras, as quais, juntas, se fortaleceriam na luta para mitigar as relações assimétricas estabelecidas com as potências capitalistas e suas corporações petrolíferas transnacionais (CICERO, 2015, p. 87)

Fundada em 1960 pela Arábia Saudita, Irã, Iraque, Kuwait e Venezuela, a OPEP tem como principal objetivo, segundo seu próprio estatuto<sup>10</sup>, a coordenação e unificação das políticas petrolíferas dos países membros e a determinação dos melhores meios para salvaguardar seus interesses, individual e coletivamente. Para além, a organização deve elaborar formas e meios de garantir a estabilização dos preços nos mercados internacionais de petróleo tendo em vista eliminar flutuações nocivas e desnecessárias. A OPEP deve levar em consideração, ainda, os interesses dos países produtores, assegurando uma renda

<sup>9</sup> Dados obtidos através da ferramenta International Energy Statistics, da US Energy Information Administration. Os dados são referentes ao ano de 2016. Mais informações em: <https://www.eia.gov/beta/international/data/browser>.

<sup>10</sup> Disponível em: [http://www.opec.org/opec\\_web/static\\_files\\_project/media/downloads/publications/OPEC\\_Statute.pdf](http://www.opec.org/opec_web/static_files_project/media/downloads/publications/OPEC_Statute.pdf).

estável para estes; uma eficiente e econômica regulação do fornecimento de petróleo às nações consumidoras; e um retorno justo de capital para aqueles que investem na indústria do petróleo. (OPEP, 2012)

Além dos cinco membros fundadores, a OPEP conta atualmente com outros nove membros. Em ordem cronológica crescente de adesão, são eles: Catar (1961), Líbia (1962), Emirados Árabes Unidos (1967), Argélia (1969), Nigéria (1971), Equador (1973)<sup>11</sup>, Gabão (1975)<sup>12</sup>, Angola (2007) e Guiné Equatorial (2017). Ao todo são catorze membros, sendo dois no continente sul-americano, seis africanos e seis no Oriente Médio. (OPEP, 2012)

Apesar de ser o país com mais reservas provadas de petróleo no mundo, a Venezuela é apenas o 11º do mundo, segundo dados de 2016 da US Energy Information Administration<sup>13</sup>, em produção de petróleo (em barris<sup>14</sup> por dia), atrás de Rússia, Arábia Saudita, Estados Unidos, Iraque, Irã, China, Canadá, Emirados Árabes Unidos, Kuwait e Brasil (EIA, 2017). No âmbito da OPEP, a Venezuela é o sexto país em produção de petróleo. (OPEP, 2012)

Membro-fundador, maior reserva comprovada de petróleo, polo latino-americano – por ter maior relevância que o Equador na produção e no comércio de petróleo –, sexta maior produção de petróleo e também um dos maiores exportadores, esta é a situação da Venezuela no âmbito da OPEP.

A tabela a seguir demonstra a participação do petróleo nas exportações no caso específico do país que detém a maior reserva comprovada de petróleo no mundo, assim como sua posição no ranking mundial dos exportadores de petróleo a cada ano:

---

<sup>11</sup> O Equador foi membro de 1973 até 1992, quando suspendeu sua membresia por questões políticas, voltando a ser membro em 2007.

<sup>12</sup> Tal qual o Equador, o Gabão suspendeu sua membresia de 1995 a 2016.

<sup>13</sup> Disponível em:

[https://www.eia.gov/beta/international/data/browser/#/?pa=00000000000000000000000000000002&c=rvvvvvfvtnvv1vrvvvfvvvvvfvvvou20evvvvvvvvvvvvvo&ct=0&tl\\_id=5-A&vs=INTL.57-1-AFG-TBPD.A&vo=0&v=H&start=2014&end=2016](https://www.eia.gov/beta/international/data/browser/#/?pa=00000000000000000000000000000002&c=rvvvvvfvtnvv1vrvvvfvvvvvfvvvou20evvvvvvvvvvvvvo&ct=0&tl_id=5-A&vs=INTL.57-1-AFG-TBPD.A&vo=0&v=H&start=2014&end=2016).

<sup>14</sup> A unidade barril corresponde a aproximadamente 159 litros.



Tabela 2: Exportação venezuelana de petróleo de 1994 a 2013<sup>15</sup>

Ano	Exportações totais	Exportações de petróleo	Participação do petróleo nas exportações totais	Posição no ranking dos exportadores de petróleo
1994	\$16.649.651.200,00	\$8.004.329.984,00	48%	4
1995	\$19.093.022.720,00	\$8.576.340.992,00	45%	4
1996	\$23.072.342.016,00	\$12.615.440.384,00	55%	4
1997	\$22.889.846.784,00	\$12.176.776.192,00	53%	4
1998	\$17.054.107.648,00	\$7.788.052.992,00	46%	5
1999	\$20.076.191.895,00	\$10.775.323.000,00	54%	7
2000	\$30.948.109.688,00	\$18.238.023.680,00	59%	7
2001	\$25.304.275.826,00	\$14.755.862.737,00	58%	8
2002	\$23.987.234.772,00	\$18.322.785.000,00	76%	5
2003	\$24.974.284.733,00	\$20.235.792.104,00	81%	7
2004	\$39.886.652.066,00	\$20.608.451.150,00	52%	7
2005	\$55.412.877.449,00	\$33.046.828.440,00	60%	6
2006	\$61.385.240.164,00	\$56.228.508.837,00	92%	3
2008	\$83.477.843.236,00	\$61.005.632.800,00	73%	7
2009	\$56.583.100.316,00	\$35.844.021.270,00	63%	7
2010	\$66.962.672.650,00	\$44.156.568.500,00	66%	9
2011	\$91.094.183.485,00	\$60.913.163.700,00	67%	7
2012	\$95.034.872.067,00	\$68.912.456.250,00	73%	6
2013	\$87.961.213.304,00	\$74.850.619.350,00	85%	7

Fonte: elaboração própria a partir de dados do UN Comtrade

É possível observar que, segundo os dados, a Venezuela sempre esteve entre os dez maiores exportadores de petróleo do mundo, mas apesar de ser o maior detentor de reservas provadas de petróleo, nunca foi o maior exportador global de petróleo. A posição mais alta que o país alcançou no ranking dos exportadores de petróleo foi a terceira posição em 2006, durante o governo Chávez, ficando atrás apenas de Arábia Saudita e Rússia. Neste ano, o petróleo representou 92% do total das exportações venezuelanas (ONU, 2017).

De acordo com a tabela, o petróleo sempre representou aproximadamente metade – o índice mínimo foi 45%, em 1995 – das exportações totais da Venezuela, mas durante o governo Chávez houve aumento médio de 25% deste índice em relação aos anos anteriores. No ano em que Chávez foi eleito, 1999, o petróleo correspondia a 54% das

<sup>15</sup> Dados obtidos através da ferramenta UN Comtrade+ Data Extraction Test, pertencente à Divisão de Estatística das Nações Unidas (UNSD), mais informações sobre a ferramenta em: <https://unstats.un.org/unsd/tradekb/Knowledgebase/50075/What-is-UN-Comtrade>. Os dados são referentes à exportação venezuelana de óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, código 270900 no Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias (HS). Foram extraídos dados a partir do ano de 1994 até 2013, sendo estes os anos mais distante e recente, respectivamente, de disponibilidade de dados na plataforma e compreendendo o período da administração de Hugo Chávez (1999-2013). Os dados de 2007 não estão disponíveis, por esta razão não constam na análise.

exportações totais, índice que teve picos de 76% e 81% (em 2002 e 2003, respectivamente), além do já citado pico de 2006, fechando em 85% no ano de sua morte, em 2013 (ONU, 2017). Este aumento se deve ao fato de Chávez não apenas ter mantido a lógica rentista petroleira no mais, mas tendo ainda aprofundado esta, através do uso exaustivo da “diplomacia do petróleo”<sup>16</sup>. (CICERO, 2015)

Segundo dados do UN Comtrade, os Estados Unidos sempre foram o maior comprador do petróleo venezuelano, chegando a ser destino de 70% das exportações do país em 1995. Antilhas, Alemanha, Brasil, Trinidad e Tobago, Canadá e Holanda eram destinos frequentes das exportações venezuelanas de petróleo, porém, em 2003 iniciou-se uma diversificação de mercado, que se intensificaria ainda mais a partir de 2009. Surgiram, entre os principais compradores de petróleo venezuelano, países como Índia, Cuba, e República Dominicana, que não tinham tanta relevância em anos anteriores (ONU, 2017). Para além, Chávez lançaria mão de diversos programas de exportação de petróleo a condições especiais de prazo e pagamento, a serem melhor especificados na próxima seção.

A partir de 2001, começam a figurar nas estatísticas destinos não especificados, discriminados como “NES”, abreviação em inglês para Not Elsewhere Specified<sup>17</sup>. Alguns especificam continentes como “Asia, NES”, “North America and Central America, NES”, entre outros, aglomerando dados referentes a diferentes países em regiões ou continentes e, por consequência, prejudicando a acurácia da análise. (ONU, 2017)

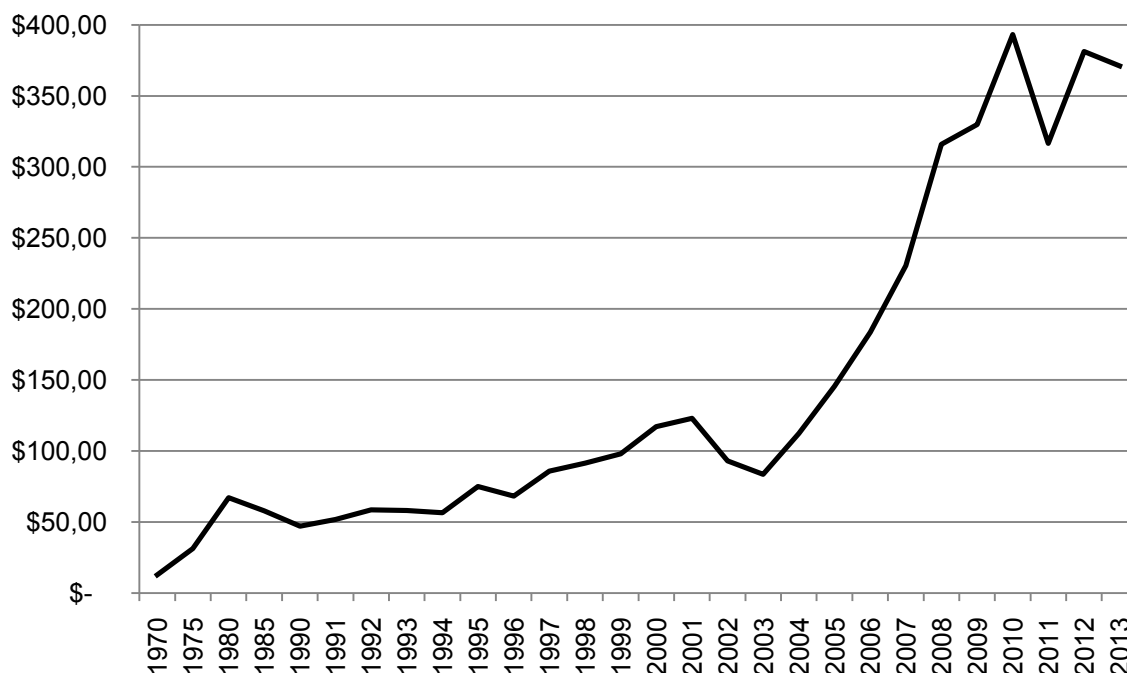
De acordo com dados de 2016 do Banco Mundial, a Venezuela tem a 29ª economia do mundo, com um PIB de aproximadamente US\$ 372 bilhões, representando o quarto maior PIB da OPEP, a quarta maior economia da América Latina e a terceira da América do Sul (BANCO MUNDIAL, 2017). O gráfico a seguir mostra o PIB venezuelano ao longo dos anos:

---

<sup>16</sup> Segundo Poertner (2011), a diplomacia do petróleo pode assumir duas faces: a primeira diz respeito ao uso comercial e controle dos preços e do fluxo de venda por parte do produtor de petróleo, estabelecendo uma relação de dominação e subordinação entre o país exportador de petróleo e o importador, respectivamente; a segunda refere-se ao uso do petróleo no sentido de obter influência e poder perante outros países, atuando diretamente em seus governos ou junto à oposição local.

<sup>17</sup> Mais informações sobre o NES disponíveis em: <https://unstats.un.org/unsd/tradekb/Knowledgebase/50042/Areas-not-elsewhere-specified>.

Gráfico 1: Produto Interno Bruto (PIB) da Venezuela<sup>18</sup> (em US\$ bi)



Fonte: elaboração própria a partir de dados do Banco Mundial

No ano em que Chávez assumiu o país, 1999, o PIB era de aproximadamente US\$ 98 bilhões. Catorze anos depois, no ano de sua morte, este valor havia quase quadruplicado, chegando a mais de 370 bilhões de dólares (BANCO MUNDIAL, 2017). É de se ressaltar que, em 1999, o preço do barril de petróleo<sup>19</sup> era de pouco mais de US\$ 19,00 e, em 2013, chegava quase aos US\$ 105,00<sup>20</sup>. (MACROTRENDS, 2017)

Neste sentido, Chávez buscou uma rearticulação da OPEP logo no início de seu mandato, de forma a retomar o crescimento econômico do país, sediando em 2000 a segunda conferência internacional dos membros da organização<sup>21</sup>. O plano foi bem sucedido, a medida que possibilitou acordos que restringiram a oferta do combustível, inclusive com países que não eram membros da organização (Rússia, Omã, Noruega e México), logrando o desejado aumento dos preços do combustível no mercado internacional e recolocando a economia venezuelana nos trilhos, com o protagonismo de seu presidente. (CICERO, 2015)

<sup>18</sup> Dados obtidos através do site do Banco Mundial (<http://www.worldbank.org>). Valores na cotação atual do dólar americano, não ajustados pela inflação.

<sup>19</sup> Dados obtidos através do site Macrotrends (<http://www.macrotrends.net>), referentes ao preço do óleo cru West Texas Intermediate (WTI, também conhecido como Texas Light Sweet), utilizado como referência no mercado internacional de petróleo, em janeiro de cada ano mencionado. Valores na cotação atual do dólar americano e corrigidos pela inflação do período utilizando o Índice de Preços ao Consumidor (IPC).

<sup>20</sup> Demonstrando a eficiência da rearticulação da OPEP proposta por Chávez.

<sup>21</sup> Neste momento fica evidente a desarticulação da organização, visto que a primeira conferência internacional entre os chefes de Estado havia sido organizada em 1975, em Argel (Argélia).

Baptista (2005) aponta para o que chama de PIB não-rentístico, ou seja, a diferença entre o PIB normal e aquele exclusivamente advindo do comércio internacional do petróleo, para destacar a dependência deste comércio e a volatilidade da economia venezuelana. Cicero (2015) aponta que houve queda no PIB não-rentístico no período de 1998-2003, período que chegou a registrar queda de 5,1% na produção industrial do país. O autor reforça que esta queda era já anunciada há décadas, uma vez que a desaceleração produtiva não-rentista data dos anos 1970, o que indica o aumento da dependência do petróleo.

Vale destacar que, à época da eleição de Chávez, a inflação era de 23,5%. Este índice, que assombrou a população desde a presidência de Lusinchi (1984-1989), não teve diminuição significativa durante o governo Chávez, chegando ao mínimo de 12,5% em 2001, atingindo picos de 31% em 2003 e 2008, e chegando a 40,6% em 2013. Não são índices tão assustadores quanto aqueles registrados durante a investida neoliberal no país – alcançou os 100% em 1996, durante o governo de Caldera – mas são elevados, embora Chávez tenha conseguido manter o índice na casa dos 20% a maior parte do tempo (CICERO, 2010).

Cicero (2015) aponta para a abundância de petrodólares como causa de baixa disciplina fiscal, o que resultou na inflação elevada do período. Para além, o autor destaca a chamada “Doença Holandesa”<sup>22</sup>, a relação inversamente proporcional entre os ingressos petrolíferos e o crescimento econômico, paradoxo presente na economia venezuelana desde o início do período rentista, como causa da inflação endêmica do país.

### **3 A POLÍTICA EXTERNA CHAVISTA**

Esta seção apresenta, em linhas gerais, o panorama da política externa venezuelana ao longo dos catorze anos de governo de Hugo Chávez, suas ações propostas e concretizadas, seus projetos e intenções, destacando as diferenças com o período anterior, bem como suas características principais de atuação, dando ênfase ao comércio internacional do petróleo.

Segundo Boersner (2009), à época em que o petróleo tornou-se o principal produto de exportação venezuelano, a política externa do país sofria pela falta de continuidade, lutas civis internas e endividamento externo, o que fez com que o país passasse de uma dominação colonial espanhola para uma dependência semicolonial britânica e,

---

<sup>22</sup> Em economia, Doença Holandesa refere-se à relação entre a exportação de recursos naturais e o declínio do setor manufatureiro. A abundância de recursos naturais gera vantagens comparativas para o país que os possui, levando-o a se especializar na produção desses bens e a não se industrializar ou mesmo a se desindustrializar, o que, a longo prazo, inibe o processo de desenvolvimento econômico. (BRESSER-PEREIRA, 2008)

posteriormente, estadunidense. Boersner (2009) também indica que a ascensão do petróleo permitiu o pagamento da dívida externa e a pacificação interna do país.

Boersner (2009) aponta para o ano de 1936 como marco de entrada do país em sua era contemporânea, em que o processo de modernização levou à profissionalização de seu corpo diplomático. Para além, o papel de exportador de petróleo rendeu à Venezuela um aumento da sua soberania no trato com a comunidade internacional e, durante a Segunda Guerra Mundial, este papel permitiu seu desenvolvimento econômico e social interno e abriu caminho para iniciativas de autoafirmação nacional e protagonismo democrático nos anos pós-guerra.

A partir da instauração do Pacto de Punto Fijo em 1958, Boersner (2009) indica que houve grande modernização política, econômica, social e cultural, e que houve uma renovação da atividade diplomática do país. Esta renovação, embora não tenha logrado “blindar” a política externa das turbulências internas, definiu objetivos que podem ser resumidos em três palavras-chave: democracia, autonomia e segurança. O primeiro diz respeito à defesa e consolidação do sistema democrático representativo, projetadas do contexto interno para o externo, mediante a promoção da liberdade política e respeito aos direitos humanos em toda a América; o segundo resume a busca por uma via de desenvolvimento nacional independente em aliança com povos irmãos ou afins que compartilhem esta aspiração; e o terceiro trata da segurança e defesa do território nacional através de estratégias de dissenso ou consenso com os países vizinhos.

Desta maneira, de acordo com Boersner (2009), a política externa venezuelana teve como objetivo primário de 1958 a 1969, defender e fortalecer a democracia a nível regional e hemisférico, tendo em vista criar bases internacionais de legitimação e sustentação de seu sistema democrático interno, ainda relativamente recente e frágil. De 1969 a 1979, a política externa venezuelana, favorecida economicamente pelo mercado internacional do petróleo, mudou sua ênfase para a autonomia e soberania efetiva, promovendo o Diálogo Norte-Sul e buscando uma Nova Ordem Econômica Mundial. De 1979 até o fim do puntofijismo, Boersner (2009) indica que o país sofreu uma baixa no cenário internacional devido aos desajustes econômicos neoliberais, o que resultou em uma política externa que se limitou a reagir a questões imediatas.

Em suma, segundo Boersner (2009), apesar de alternâncias no poder e fatores externos diversos, os esforços diplomáticos da Venezuela de 1958 a 1998 pautaram-se nos seguintes pontos: a luta pelo isolamento das ditaduras e a validade supranacional dos valores democráticos e dos direitos humanos; uma estratégia internacional comum dos países exportadores de petróleo através da OPEP, com base no controle público de suas

respectivas indústrias de hidrocarbonetos; e a promoção, durante a década de 1970, do Diálogo Norte-Sul em busca de uma Nova Ordem Econômica Internacional.

Boersner (2009) ressalta que a ascensão de Chávez trouxe um discurso de total ruptura com o passado no que diz respeito à política externa, propondo uma diplomacia nova, eminentemente soberana e solidária, mas destaca que a implantação dessas novas diretrizes foi moderada, no primeiro momento. Chávez ressaltava que a política externa não atendia aos anseios do povo por ter um caráter elitista, e que havia chegado o momento de transformar as estruturas internas da nação em prol dos setores populares. O autor aponta para duas ofensivas diplomáticas, sendo a primeira já citada, de 1999 a 2001, a mais moderada, e a segunda, de 2004 a 2007, mais radical.

Durante a primeira ofensiva democrática, Chávez buscou aproximar-se daqueles governos que se encaixavam mais no seu espectro político – a também ascendente “nova esquerda sulamericana”<sup>23</sup> –, procurando ampliar relações com o Brasil e o Mercosul<sup>24</sup>, com a Cuba de Fidel e com a Bolívia de Evo Morales, sendo visto como um símbolo de renovação progressista latinoamericana. (BOERSNER, 2009)

Segundo Ellner (2009), a política externa venezuelana no período Chávez teve dois focos principais: a busca pela multipolaridade no Sistema Internacional, em detrimento de um mundo unipolar baseado na hegemonia; e, por consequência, seu papel ativo na tentativa de estreitar os laços com a OPEP e fortalecê-la. Para Boersner (2009), Chávez foi ainda além, fazendo uso político da organização, convertendo-a em instrumento de transformação da ordem mundial, nos planos político e econômico, sendo que apenas o último destes se encontra em sintonia com as intenções da OPEP em seu estatuto.

Procurando diminuir a dependência venezuelana dos Estados Unidos e diversificar o comércio exterior, Chávez buscou estabelecer vínculos com novos parceiros comerciais em todo o mundo e fortalecer os vínculos já existentes na América Latina, Ásia, Europa, África e Oceania. Neste sentido, o país sediou a Cúpula da OPEP em 2000, da qual resultou a Declaração de Caracas, que tinha como principais pontos o diálogo entre países produtores e consumidores, uma política de preços estáveis, a institucionalização das Cúpulas da OPEP, e a preocupação com o meio ambiente e a pobreza nos países em desenvolvimento. Vê-se claramente a pauta cooperativa, a aspiração a uma posição de liderança e a preferência pelo ambiente multipolar e o multilateralismo como princípios norteadores da política externa neste momento. (BOERSNER, 2009)

---

<sup>23</sup> Termo amplamente utilizado para referir-se aos governos de esquerda que assumiram a presidência de vários países sulamericanos após experiências neoliberais similarmente catastróficas, como Lula no Brasil, Evo Morales na Bolívia, Néstor Kirchner na Argentina, Pepe Mujica no Uruguai, entre outros.

<sup>24</sup> O Mercado Comum do Sul (Mercosul) é uma união aduaneira estabelecida em 1991, que tem como membros Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela, a última tendo sido aceita como membro pleno em 2012, porém suspensa desde 2016.

A segunda e mais intensa fase da diplomacia venezuelana tem início em 2004, quando o país se recuperava de um momento conturbado do ponto de vista da política doméstica, devido aos preços favoráveis do petróleo no mercado internacional. Deste modo, houve um aprofundamento da busca pela alternativa multipolar e pelo protagonismo nesse novo cenário a ser construído. (BOERSNER, 2009)

Chávez ampliou o número de embaixadas venezuelanas na Ásia e na África, principalmente, construindo novos acordos de cooperação e assistências financeiras e energéticas. Com a China, a Venezuela buscou aumentar o fluxo comercial de petróleo. Com a Rússia, foi desenvolvida uma aliança estratégica para o fornecimento de armas à Venezuela. Com o Irã, foram fechados acordos de cooperação econômica, social e técnica. Foram vários os acordos firmados como os citados, com parceiros diferentes, mas estes servem de exemplo de como o país procurou alternativas comerciais e políticas à hegemonia estadunidense. (BOERSNER, 2009)

O maior esforço do país pela cooperação e pela multipolaridade foi a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos (ALBA-TCP), uma alternativa para a falha proposta estadunidense de 1994 de criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), pois, para Chávez, os esquemas de livre comércio entre um país altamente industrializado e economias periféricas resultam inevitavelmente em vantagens desmedidas para o primeiro e limitações ao desenvolvimento soberano dos segundos (BOERSNER, 2009). O insucesso da ALCA levou aos Estados Unidos a estabelecerem diversos acordos bilaterais com os países da região, o que, segundo Altmann (2009) enfraqueceu a integração entre os países latino-americanos.

Segundo o acordo de formação da ALBA-TCP, a integração entre os países caribenhos e latino-americanos é uma condição indispensável para alcançar o desenvolvimento em meio à crescente formação de grandes blocos que ocupam posições predominantes na economia mundial. Estabelecida em 2004, a ALBA-TCP teve como membros fundadores Venezuela e Cuba, aos quais posteriormente somaram-se: Bolívia (2006), Nicarágua (2007), Dominica (2008), São Vicente e Granadinas (2009), Antígua e Barbuda (2009), Equador (2009), Suriname (2012), Santa Lúcia (2013), Granada (2014) e São Cristóvão e Névis (2014), totalizando doze membros nas Américas do Sul e Central e no Caribe (ALBA, 2006). Altmann (2009) salienta que, em alguns casos, a adesão dos países se deu mais pelos benefícios econômicos do que pela sintonia ideológica.

Diferentemente das integrações comerciais convencionais, a ALBA-TCP foca na solidariedade, complementaridade, justiça e cooperação entre seus membros, buscando transformações estruturais necessárias para alcançar um desenvolvimento pleno e

autônomo, defendendo a independência, a identidade e a autodeterminação de cada um dos povos que a compõe, reconhecidos dentro de sua pluralidade<sup>25</sup>. A visão da ALBA-TCP vai de encontro à visão da Grande Pátria de Bolívar<sup>26</sup>, em que políticas de cunho nacionalista são vistas como egoístas, não priorizando o aspecto comercial e os ganhos financeiros, mas a cooperação e a ajuda mútua, sem abrir mão da autonomia, e buscando a “Nossa América” de José Martí<sup>27</sup> em detrimento da “outra” América, vista como expansionista e imperialista. (ALBA, 2006)

No que diz respeito às instituições financeiras, o Banco del ALBA foi fundado em 2008, com reservas iniciais de US\$ 1 bilhão e autorização para que este valor chegue ao dobro, buscando integração econômica e social através da facilitação de recursos e melhor distribuição de investimentos e diminuindo a dependência latino-americana dos recursos estadunidenses. Já fora do âmbito da ALBA, no que diz respeito à integração venezuelana com os países da América do Sul, o Banco del Sur foi fundado em 2007 por Argentina, Bolívia, Brasil, Equador, Paraguai e Venezuela, tendo em vista desenvolver uma alternativa local ao Banco Mundial e ao FMI, com “soberania financeira” de controle dos recursos e domínio sobre os termos de empréstimo especificamente aos países sul americanos. (ALTMANN, 2009)

Quanto à questão energética, a partir de 2005, a Venezuela esteve a frente de uma importante iniciativa latino-americana que buscou a integração energética do continente sul-americano e Caribe: a Petroamérica. Trata-se de uma grande empresa multinacional e multiestatal, formada pelo conjunto de empresas estatais da região, buscando impulsionar o desenvolvimento sustentável através da manutenção da segurança energética da região. Segundo Lander (2006), a iniciativa procura minimizar os efeitos negativos dos altos custos da energia para os países importadores, desenvolvendo a complementariedade econômica,

---

<sup>25</sup> Importante destacar os doze os princípios norteadores da ALBA-TCP, que passam pelas esferas econômica, cooperativa, social, ambiental, defesa e energética. São eles: o comércio e o investimento não devem ser tratados como fins, mas como meios de atingir um desenvolvimento sustentável e autônomo; tratamento especial e diferencial, levando em consideração as diferenças entre cada país e garantindo o acesso a todos; a complementariedade e cooperação entre os países membros e não competição entre países e produções; planos de combate ao analfabetismo e plano de saúde básica gratuito a todos; criação de um Fundo Social de Emergência; desenvolvimento inclusivo de redes de comunicação e transporte entre os países; proteção do meio ambiente, fazendo uso consciente dos recursos na produção e evitando desperdícios; integração energética entre os países da região, assegurando as necessidades energéticas de cada um; criação de instituições formais para a promoção de investimentos latino-americanos dentro da própria América Latina e Caribe, diminuindo a dependência do investimento estrangeiro na região; defesa da cultura e identidade dos povos da região; elaboração de medidas próprias de proteção de propriedade intelectual; coordenação de posicionamentos em processos de negociação em ambientes multilaterais. (ALBA, 2006)

<sup>26</sup> Simón Bolívar, conhecido como O Libertador, foi um militar e político venezuelano, expoente da independência da hispanoamérica em relação à Espanha, contribuindo de maneira decisiva no processo de independência dos atuais Bolívia, Colômbia, Equador, Venezuela, Panamá e Peru. A Grande Pátria foi um sonho de Bolívar de ver os diferentes povos latinoamericanos unidos, de forma a criar uma república grande e forte, capaz de desafiar quaisquer pretensões imperiais externas.

<sup>27</sup> José Martí foi um político e escritor cubano, fundador do Partido Revolucionário Cubano e organizador da Guerra de Independência de Cuba. “Nuestra America” (1891) foi uma de suas obras mais populares, que convocava os povos latinoamericanos a unirem-se contra o colonizador espanhol e chamava a atenção para a ameaça imperialista estadunidense.



social e cultural e reduzindo as assimetrias da região. A Petroamérica subdivide-se em três grandes frentes: PetroCaribe, PetroAndina e PetroSur<sup>28</sup>.

A PetroCaribe é um acordo de cooperação energética firmado entre a Venezuela e os países da ALBA-TCP (com exceção de Bolívia e Nicarágua), além de República Dominicana, Bahamas, Belize, Guiana, Jamaica, Guatemala e El Salvador, com objetivo de diminuir as assimetrias ao acesso dos recursos energéticos, permitindo que os países signatários tenham acesso a até 185 mil barris de petróleo venezuelano por dia com condições de pagamento favoráveis. Mas as vantagens não paravam por aí. Segundo Cicero:

(...) extrapolou-se a esfera estritamente comercial, ou seja, o “simples” fornecimento de petróleo venezuelano com facilidades de pagamento, para incluir em seu rol de competências ações tais como: a planificação da política energética dos países membros, desde a exploração dos hidrocarbonetos nas jazidas disponíveis até ao transporte ao mercado consumidor; a construção de novas plantas para refinar e armazenar o combustível; instar o desenvolvimento da indústria petroquímica e financiar a capacitação e a assistência tecnológica necessárias para se garantir a eficiência da atividade comercial; articular e promover o estabelecimento de empresas estatais de energia nos países onde estas não existam. (CICERO, 2015, p. 192)

A PetroCaribe buscou a coordenação de políticas energéticas com os governos da região, não empresas privadas, tendo em vista a integração dos povos caribenhos. Trata-se de uma relação direta sem intermediários com o fornecedor, Venezuela, que se compromete a providenciar inclusive com o transporte, também a preço de custo (LANDER, 2006). A iniciativa é vista como o grande acerto da política externa bolivariana.

A PetroAndina é uma iniciativa de integração energética entre a Venezuela e os países membros da Comunidade Andina<sup>29</sup> (CAN) tendo em vista aumentar a interconexão elétrica e de gás e a formulação de uma agenda energética andina em sintonia com a integração sul-americana. Segundo Lander (2006), o marco mais significativo da PetroAndina foi o gasoduto Transguajiro, entre a Colômbia e a Venezuela, com extensão total de 225 quilômetros, ligando a região do Lago de Maracaibo com o Caribe colombiano. O autor pontua que a região venezuelana em questão possui grande demanda de gás (razão pela qual a Venezuela arcou com todos os custos de implementação do gasoduto) e que, ainda que seja grande produtor de petróleo, o gás não é tão explorado no país.

Lander (2006) aponta que divergências políticas entre os países da região são um obstáculo para o sucesso da iniciativa, uma vez que Colômbia e Peru possuem ligações

---

<sup>28</sup> Importante mencionar que, das três frentes da Petroamérica, a PetroCaribe foi, de longe, a que mais obteve sucesso. A PetroAndina e a PetroSur foram bons esforços de cooperação, mas a PetroCaribe logrou tornar-se um sólido e eficiente canal de integração entre a Venezuela e os países caribenhos.

<sup>29</sup> A Comunidade Andina (CAN) é um bloco econômico entre Bolívia, Colômbia, Equador e Peru, formado em 1969.

mais próximas aos Estados Unidos e, por este motivo, são alvos de críticas de Venezuela e Bolívia. Apesar destas divergências, os países conseguem chegar a um consenso quanto à política energética, como destaca Fuser:

Poucas ideias se mostram capazes de mobilizar um apoio tão unânime das lideranças políticas e empresariais sul-americanas quanto à da necessidade de uma maior integração energética entre os países da região . Desde governantes conservadores, como o colombiano Álvaro Uribe , até os nacionalistas de esquerda alinhados sob a liderança do venezuelano Hugo Chávez , todos concordam quanto aos potenciais benefícios do aproveitamento compartilhado dos recursos energéticos da América do Sul. A integração energética é apresentada, consensualmente, como uma meta necessária e possível. (FUSER, 2011, p. 01)

Cicero (2015) aponta que a PetroAndina não foi tão bem sucedida devido ao fato de a CAN ter se posicionado a favor de priorizar a iniciativa privada como fonte de recurso para a cooperação, além de também ser mais sensível à temática ambiental, dando preferência às fontes de energia renováveis. Ainda segundo Cicero, a região andina é menos propícia à “diplomacia do petróleo” venezuelana pois:

(...) as oportunidades de se exercer influência a partir do uso dos hidrocarbonetos são maiores quando as relações entre os Estados envolvidas são assimétricas , ou seja, quando há um grande ofertante do recurso e vários outros atores que carecem dele. Esse tipo de relação - que abre as portas para a dependência dos últimos em relação ao primeiro - não ocorre no contexto andino , pois os países da região dispõem de significativas reservas de petróleo, gás e hidroeletricidade, sendo estes, portanto, exportadores de energia . Por isso , a autossuficiência de energia demonstrada pelas nações faz com que os níveis de integração nesta área sejam mais superficiais. (CICERO, 2015, p. 189)

Altmann (2009) questiona a viabilidade da escolha de Chávez do Estado como produtor e promotor da atividade econômica e da integração, destacando que, devido à globalização, este vem perdendo seu protagonismo para a iniciativa privada. Por outro lado, a autora aponta que a concentração de riqueza em determinados setores da elite política e empresarial, em sua maioria ligados às corporações multinacionais, alimentou a corrupção e aumentou as desigualdades existentes, aumentando a desigualdade na distribuição de riqueza e privilégios, que foi justamente o que permitiu a ascensão de Chávez e seu projeto de governo e explica a prioridade dada por ele ao Estado como propulsor de tais ações.

A PetroSur também foi uma iniciativa de integração energética, esta entre a Venezuela e Argentina, Brasil e Uruguai, que buscou, através de alianças estratégicas das petrolíferas estatais dos países membros – Petrobrás (Brasil), Enarsa (Argentina), Ancap (Uruguai) e PDVSA (Venezuela) –, diminuir o custo de transação minimizando a intermediação, tendo em vista reduzir o impacto negativo que os elevados custos da energia no mercado internacional possam ter nestes países. (LANDER, 2006)

Entre a Enarsa e a PDVSA foram firmados vários convênios de cooperação energética, desde a participação conjunta no mercado interno argentino até a exploração de petróleo no campo de Orinoco, na Venezuela. Entre a Petrobras e a PDVSA, se destaca o projeto conjunto de construção da Refinaria José Inácio Abreu e Lima, em Ipojuca, Pernambuco, responsável por refinar petróleo venezuelano e brasileiro. Assim como a Enarsa, a Petrobrás também se envolveu na exploração do campo de Orinoco (LANDER, 2006). A Ancap, que também produz cimento, se comprometeu a fornecer 5 mil toneladas anuais do produto para a Venezuela, que enfrentava dificuldades no alto preço do insumo no desenvolvimento das políticas habitacionais venezuelanas. Em contrapartida, a PDVSA se comprometeu a abastecer totalmente o Uruguai em petróleo durante 25 anos, com preço do barril 5 dólares inferior ao preço de mercado. (CICERO, 2015)

Foi proposta, inclusive, a construção de um gasoduto ligando Venezuela e Argentina, passando pelo Brasil, mas o projeto foi abandonado. O que não significou um insucesso por completo da PetroSur, que resultou em acordos bilaterais entre a Venezuela e cada um dos três países. Ainda, segundo Cicero (2015), a iniciativa PetroSur contribuiu de maneira decisiva para o ingresso da Venezuela no Mercosul em 2012, menos de um ano antes da morte de Hugo Chávez.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Segundo Cicero (2010), a onda neoliberal dos anos 1980 e 90 permitiu a ascensão do grupo político encabeçado por Hugo Chávez, que tinha uma proposta de desenvolvimento totalmente contrária àquelas feitas até então. As reformas econômicas empreendidas na região levaram à desigualdade e à falta de oportunidades, tanto entre pessoas pobres e vulneráveis como comunidades indígenas, mulheres, jovens e idosos (ALTMANN, 2009). Desta maneira, Chávez buscou aumentar a esfera de influência política venezuelana no âmbito regional e internacional, principalmente através da OPEP, no âmbito internacional, e da ALBA-TCP, no âmbito regional. Segundo dados do Banco Mundial e do UN Comtrade apresentados na segunda seção deste trabalho, houve aumento considerável do PIB venezuelano no período Chávez, acompanhado de uma inflação relativamente controlada e aumento das exportações de petróleo.

Ellner (2009) aponta que existem estudiosos que afirmam que os projetos e alianças internacionais firmados por Chávez nada renderam para a Venezuela no âmbito doméstico, além de não terem promovido grandes transformações a nível mundial (apud CORRALES, 2006, 39-40). Para além, há quem diga que a motivação de Chávez é o poder

pelo poder, que os petrodólares lhe deram o poder de subsidiar governos de esquerda por toda a América Latina e Caribe, como forma de comprar seu apoio diplomático, e que estas ações não promoveram os interesses venezuelanos, mas sim de Chávez (ELLNER, 2009 apud FALCOFF, 2004, 38-40; CASTAÑEDA, 2006a, 38-40; 2006b, GUNSON, 2006, 63). Boersner (2009) argumenta que Chávez se via como um “herói” capaz de mudar aquilo que acreditava ser injusto, “moldando” a história em seu favor e reconstruindo a ordem mundial. O autor define como uma “ilusão ideológica” perigosa pensar que a Venezuela seria capaz de feitos tão grandes.

Boersner (2009) destaca a contradição presente na diversificação do mercado exportador de petróleo venezuelano, o discurso favorável ao fim da hegemonia estadunidense e os constantes discursos atacando o governo dos EUA – também destacado por Ellner (2009) –, mas a manutenção dos EUA como principal destino das exportações de petróleo, como mencionado na seção 2 deste trabalho. Altmann (2009) destaca que, apesar da ascensão quase que sistemática de governos anti-estadunidenses por toda a América Latina, os Estados Unidos mantiveram-se como principal investidor e parceiro comercial da maioria dos países da região.

Altmann (2009) aponta que existem fragmentações na América Latina devido à fraca integração. Segundo a autora, existe um excesso de iniciativas de integração na região em diversos âmbitos tais como econômico, cultural, comercial, político e de segurança, cada uma com sua agenda, seus objetivos específicos e seu *modus operandi*. Apenas para citar alguns além dos já mencionados Mercosul, ALBA-TCP e CAN, existem: União das Nações Sul-americanas (UNASUL), Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), Comunidade Caribenha (Caricom), Sistema de Integração Centro-americana (SICA), Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), Associação dos Estados Caribenhos (AEC), Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política da América Latina e do Caribe (Grupo do Rio) e Projeto Mesoamérica, entre outros.

A respeito deste excesso, Altmann (2009) indica três consequências negativas que acabam por enfraquecer o processo de integração: o preenchimento das agendas dos chefes de Estado com muitas reuniões que não conduzem a resultados concretos; a falta de coordenação de políticas; e a fraca estrutura institucional, por consequência. De acordo com a autora:

Rather than a rise of the left, as some observers suggest, what is occurring is resurgence of populism in some leaders and of fragility in democratic systems. Everything points to problems in terms of weak mechanisms for political agreement, fights over leadership and differing versions of regional integration. Latin America has achieved a functional democracy without at the same time improving its democratic governability. Economic integration becomes a point of contention between the regional blocs because of trade disputes and different perceptions of how to link up with the international system, even more so these days with the possibility of a global economic vision. (ALTMANN, 2009, p. 7)

Segundo Cicero (2015), a política externa de Hugo Chávez teve origem em um sonho neobolivariano, como apontado na seção anterior, e fim nos constrangimentos impostos pelo capitalismo periférico. De fato, o fim da hegemonia estadunidense e a ascensão de uma América Latina unida e forte remetem aos tempos de Bolívar, e alguns estudiosos podem interpretar isso como megalomania ou outros termos utilizados acima, mas há de se mencionar que as transformações, tanto propostas quanto realizadas, por Chávez na política e na sociedade venezuelana foram profundas.

Baptista (2005) argumenta sobre a inviabilidade de uma economia rentista, como no caso venezuelano, o que ajuda a compreender os constrangimentos anteriormente citados por Cicero (2015):

El capitalismo rentístico es una estructura inviable, en el estricto sentido de que carece de mecanismos de autorregulación, valga decir, y en los términos convencionales de la teoría económica, carece de un equilibrio estable (v. Baptista, 1997, passim). Ello significa, además, su imposibilidad de autorreproducirse, y por lo tanto de garantizar un crecimiento sostenido de su actividad económica. (BAPTISTA, 2005, p. 109)

Dessa forma, o período Chávez caracteriza-se pelo amplo uso da chamada “diplomacia do petróleo”, não contribuindo para a mudança do panorama rentista da economia venezuelana e, como aponta Cicero (2015), mantendo-se vítima do chamado “paradoxo da abundância”, no qual o país é possuidor de muita riqueza mineral, porém é refém desta riqueza, pois nela está a chave do caráter rentista da economia. Altmann (2009), afirma que Chávez fez uso do petróleo como ferramenta de política externa através da ALBA-TCP e da Petroamérica, mas não vendo isso como fator negativo.

O aporte financeiro por parte da Venezuela é uma importante fonte de renda para muitos países, como aponta Altmann (2009), principalmente na América Central, onde a cooperação estadunidense e europeia diminuiu consideravelmente. No caso específico da Costa Rica, o valor chega a ser quase cinco vezes maior que o aporte financeiro vindo dos Estados Unidos, representando quase meio bilhão de dólares anuais. Estima-se que em países como a Guiana, a Jamaica e a Nicarágua, o financiamento venezuelano através da PetroCaribe chegue a 5% do PIB destes países. Segundo a autora, a ALBA-TCP não

cumpra o planejado no que diz respeito à integração regional em tantos âmbitos quanto proposto, porém a viabilidade e o impacto de projetos como a PetroCaribe são mais relevantes que projetos semelhantes oriundos de países centrais.

Observa-se, portanto, que Chávez não conseguiu amenizar a dependência petrolífera da Venezuela e, por conseguinte, o caráter rentista da economia do país, mas deve-se salientar a proeminência venezuelana, tanto no âmbito regional quanto internacional, alcançada em tempo relativamente curto – catorze anos do governo Chávez, de 1999 a 2013. Cicero observa que:

(...) a capacidade de atuação e a potencialidade de ganhos por parte da política externa venezuelana estão atreladas à eficiência da “diplomacia do petróleo” que, por sua vez, depende de um cenário favorável no contexto do sistema energético internacional. Assim, a expansão e a maior incidência pretendida pela política externa bolivariana estão condicionadas, em grande medida, a um novo aumento da valorização do petróleo. Caso contrário, sem o aporte dos proventos rentistas, são grandes as chances de estagnação. (CICERO, 2015, p. 222)

Uma possível interpretação é de que Chávez buscava explorar ao máximo os recursos do petróleo, aproveitando a “acumulação de gordura” para, a partir daí, procurar uma saída para a economia venezuelana fora do rentismo. Prova disso é o seu plano de governo para 2013-2019, elaborado em 2012 para as eleições do mesmo ano, no qual o mandatário reconhece a necessidade de se colocar um fim ao rentismo, elencando uma série de medidas necessárias para transcender ao modelo econômico produtivo socialista venezuelano do século XXI, baseado no desenvolvimento das forças produtivas. (FRÍAS, 2012)

Hugo Rafael Chávez Frías faleceu em março de 2013, pouco mais de dois meses após o início de seu quarto mandato presidencial, vítima de um infarto fulminante em meio a uma batalha de quase dois anos contra o câncer, o que impôs complicações ao movimento bolivariano devido à excessiva centralização no processo de condução política. (CICERO, 2015)

## Referências

ALBA. **ALBA-TCP Agreement**. Havana, 2006. Texto disponível em: <http://alba-tcp.org/en/contenido/alba-tcp-agreement-0>. Acesso em: 22/10/2017.

ALTMANN, Josette. **ALBA institutions and mechanisms**. Publicaciones de Plataforma Democrática, 2009. Texto disponível em: <http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/22406.pdf>. Acesso em: 01/10/2017.

BANCO MUNDIAL. **World Bank Open Data**. Washington, 2017. Disponível em: <https://data.worldbank.org/>. Acesso em: 19/10/2017.

BAPTISTA, Asdrúbal. **El capitalismo rentístico: elementos cuantitativos de la economía venezolana**. Cuadernos del CENDES. Caracas, Año 22, n. 60, p. 95-111, 2005. Texto disponível em: <http://www.redalyc.org/html/403/40306005/>. Acesso em: 05/10/2017.

BAPTISTA, Asdrúbal. **Bases cuantitativas de la economía venezolana (1830-2002)**. Caracas: Comunicaciones Corporativas, 2006.

BOERSNER, Demetrio. **Incidencia internacional de la política exterior venezolana**. Nueva Economía, vol. 17, no29, 2009. Texto disponível em: <http://www.juanxxiii.e12.ve/juan/wp-content/uploads/2010/09/Incidencia-Internacional-de-la-Politica.pdf>. Acesso em: 15/10/2017.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **"The Dutch disease and its neutralization: A Ricardian approach"**. Revista de Economia Política, vol. 28, p. 47-71. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2008.

CARDOZO, de DA SILVA, Elsa. **Cuarenta años después: la política exterior que tuvimos y la que necesitamos**. Revista Venezolana de Análisis de Coyuntura, Vol. IV, no. 1, 1998. Texto disponível em: <http://www.sicht.ucv.ve:8080/bvirtual/doc/analisiscoyuntura/contenido/volumenes/1998/1/02-Cardozo.pdf>. Acesso em: 02/11/2017.

CICERO, Pedro Henrique de Moraes. **O rentismo petrolero e seus impactos para a política externa venezuelana (1927-2013)**. Campinas: Unicamp, 2015.

CICERO, Pedro Henrique de Moraes. **Transformar o gigante num pigmeu: as desventuras do projeto neoliberal na Venezuela (1989-1998)**. Anos 90, Porto Alegre, v. 17, n. 32, p. 137-157, dez. 2010.

EIA. **International Energy Statistics**. US Energy Information Administration, 2017. Disponível em: <https://www.eia.gov/beta/international/data/browser>. Acesso em: 19/10/2017.

ELLNER, Steve. **La política exterior del gobierno Hugo Chávez : la retórica chavista y los asuntos sustanciales**. Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales , vol. 15, no 1, 2009. Texto disponível em: <http://www.scielo.org.ve/pdf/rvecs/v15n1/art06.pdf>. Acesso em: 01/10/2017.

FRÍAS, Hugo Rafael Chávez. **Propuesta del candidato de la patria comandante Hugo Chávez para la Gestión Bolivariana Socialista 2013-2019**. Comando Campaña Carabobo, Venezuela, 2012. Texto disponível em: <http://blog.chavez.org.ve/Programa-Patria-2013-2019.pdf>. Acesso em: 30/10/2017.

FUSER, Igor. **Segurança energética , nacionalismo de recursos e integração na América do Sul** . Seminário Discente FFLCH /USP, 2011. Texto disponível em : [http://www.fflch.usp.br/dcp/assets/docs/SemDisc2011/Sessao\\_IX\\_Fuser.pdf](http://www.fflch.usp.br/dcp/assets/docs/SemDisc2011/Sessao_IX_Fuser.pdf). Acesso em: 15/10/2017.

JEANNOT, Fernando. **La economía rentista en Venezuela**. Análisis Económico [en línea] 2010, XXV. Texto disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=41316760011>. Acesso em: 12/10/2017.

LANDER, Luis E. **La energía como palanca de integración en América Latina y el Caribe**. Instituto Latinoamericano de investigaciones sociales , 2006. Texto disponível em : <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/caracas/50451.pdf>. Acesso em: 22/10/2017.



LANDER, Luis E. **Petróleo y democracia en Venezuela : del fortalecimiento del Estado a la subversión soterrada y la insurrección abierta** . Revista Galega de Economía , vol. 14, no 1-2, 2005. Texto disponível em : <https://pt.scribd.com/document/36065249/2005-Lander-Petroleo-y-Democracia-en-Venezuela>. Acesso em: 22/10/2017.

LEVINE, Daniel H. **Diez Tesis sobre la decadencia y crisis de la democracia en Venezuela**. Em: MAIGÓN, Tais (org.): Venezuela en transición : elecciones y democracia 1998-2000. Caracas: CDB Publicaciones, 2001.

MAZA ZAVALA, Domingo Felipe. **Lo bueno y lo malo del petróleo en el siglo XX** . Caracas: Fundación Venezuela Positiva, 2001.

MACROTRENDS. **Crude Oil Prices – 70 Year Historical Chart**. Seattle, 2017 <http://www.macrotrends.net/1369/crude-oil-price-history-chart>. Acesso em: 19/10/2017.

ONU. **UN Comtrade+ Data Extraction Test**. Nova Iorque, 2017. Disponível em: <https://comtrade.un.org/data/>. Acesso em: 19/10/2017.

OPEP. **OPEC Statute**. Viena, 2012. Texto disponível em: [http://www.opec.org/opec\\_web/static\\_files\\_project/media/downloads/publications/OPEC\\_Statute.pdf](http://www.opec.org/opec_web/static_files_project/media/downloads/publications/OPEC_Statute.pdf). Acesso em: 22/10/2017.

POERTNER, Mathias. Venezuela **Oil Diplomacy and Voting in the U.N. General Assembly**. Journal of International Service, 2011. Texto disponível em : <http://www.american.edu/sis/jis/upload/6Poertner.pdf>. Acesso em: 02/11/2017.